

#	CAMINHO NO XML	CAMPO	REGRAS DE NEGÓCIO	APLIC.	EFEITO	CÓD. ERRO	MSG. ERRO	OBSERVAÇÕES DE NEGÓCIO
1	-	DPS	-	-	-	-	-	-
2	DPS/	versao	Prazo de aceitação da versão do leiaute DPS ultrapassado.	Obrig.	Rej.	E0001	O prazo de aceitação da versão do leiaute da DPS expirou.	-
3	DPS/	infDPS	-	-	-	-	-	-
4	DPS/infDPS/	id	<p>O identificador da DPS é formado conforme a concatenação dos seguintes campos: "DPS" + Cód.Mun.Emi. + Tipo de Inscrição Federal + Inscrição Federal + Série DPS + Núm. DPS</p> <p>Campo identificador da DPS inválido. Identificador da DPS difere da concatenação dos campos correspondentes. "DPS" + Cód.Mun.Emi. + Tipo de Inscrição Federal + Inscrição Federal + Série DPS + Núm. DPS</p> <p>Verificar se tipo de inscrição e inscrição, informados no identificador da DPS, estão corretamente correspondidos conforme o seguinte:</p> <p>Tipo de inscrição Federal = 1 / Inscrição Federal = CPF emitente da DPS; Tipo de inscrição Federal = 2 / Inscrição Federal = CNPJ emitente da DPS;</p> <p>Cód.Mun.Emi. é o código do município do endereço do emitente da DPS.</p>	Obrig.	Rej.	E0004	Conteúdo do identificador informado na DPS difere da concatenação dos campos correspondentes.	-
5	DPS/infDPS/	tpAmb	Ambiente informado diverge do ambiente de recebimento para o qual o emitente enviou a DPS.	Obrig.	Rej.	E0006	Ambiente informado diverge do ambiente de recebimento para o qual o emitente enviou a DPS.	-
6	DPS/infDPS/	dhEmi	A data de emissão da DPS não pode ser posterior à data do seu processamento.	Obrig.	Rej.	E0008	A data de emissão da DPS não pode ser posterior à data do seu processamento.	-
7	DPS/infDPS/	verAplic	-	-	-	-	-	-
8	DPS/infDPS/	serie	A série informada na DPS não pertence à faixa definida para o tipo de emissor utilizado para a sua emissão.	Obrig.	Rej.	E0010	A série informada na DPS não pertence à faixa definida para o tipo de emissor utilizado para a sua emissão.	-
9	DPS/infDPS/	nDPS	Conjunto de Série, Número, Código do Município Emissor e CNPJ/CPF informado nesta DPS já existe em uma NFS-e gerada a partir de uma DPS enviada anteriormente.	Obrig.	Rej.	E0014	Conjunto de Série, Número, Código do Município Emissor e CNPJ/CPF informado nesta DPS já existe em uma NFS-e gerada a partir de uma DPS enviada anteriormente.	-
10	DPS/infDPS/	nDPS	-	-	-	-	-	-
11	DPS/infDPS/	dCompet	A data de competência informada na DPS não pode ser posterior à data de emissão (dhEmi) da DPS.	Obrig.	Rej.	E0015	A data de competência informada na DPS não pode ser posterior à data de emissão (dhEmi) da DPS.	A data de competência deve ser única e ser a mesma que a data do fato gerador do tributo, ou seja, a data da prestação do serviço.
12	DPS/infDPS/	dCompet	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição do CNPJ do emitente, no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro RFB (CNPJ) para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0018	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição do CNPJ do emitente no cadastro CNPJ.	-
13	DPS/infDPS/	dCompet	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição do CPF do emitente, no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro RFB (CPF) para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0020	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição do CPF do emitente no cadastro CPF.	-
14	DPS/infDPS/	dCompet	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição municipal (IM) do emitente, se o município emissor informado na DPS utilizar CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0028	A data de competência informada na DPS deve ser igual ou posterior à data de inscrição municipal (IM) do emitente no CNC NFS-e.	-
15	DPS/infDPS/	tpEmit	-	-	-	-	-	-
16	DPS/infDPS/	cLocEmi	O código do município emissor informado na DPS deve existir no cadastro de convênio municipal do sistema nacional.	Obrig.	Rej.	E0037	O código do município emissor informado na DPS é inexistente no cadastro de convênio municipal do sistema nacional.	-
17	DPS/infDPS/	cLocEmi	A situação do convênio do município emissor informado na DPS deve ser "ATIVO" no cadastro de convênio municipal do sistema nacional.	Obrig.	Rej.	E0038	A situação do convênio do município emissor informado na DPS deve ser "ATIVO" no cadastro de convênio municipal do sistema nacional.	-
18	DPS/infDPS/	cLocEmi	A data de competência deve ser igual ou posterior à data de ativação do convênio do município emissor informado na DPS.	Obrig.	Rej.	E0040	A data de competência deve ser igual ou posterior à data de ativação do convênio do município emissor informado na DPS.	-
19	DPS/infDPS/	subst	-	-	-	-	-	-
20	DPS/infDPS/	subst	Chave de NFS-e a ser substituída é inválida.	Obrig.	Rej.	E0042	Chave de NFS-e a ser substituída é inválida.	-
21	DPS/infDPS/	subst	1 - Verificar DV da chave de NFS-e a ser substituída informada nesta DPS; 2 - Verificar a correspondência exata dos campos (Cód.Mun. / Tipo de Inscrição / Inscrição) da chave de NFS-e a ser substituída informada e o id desta DPS;	Obrig.	Rej.	E0044	NFS-e não existe na base de dados do autorizador de NFS-e nacional.	-
22	DPS/infDPS/	subst	NFS-e inexistente.	Obrig.	Rej.	E0046	NFS-e não existe na base de dados do autorizador de NFS-e nacional.	-
23	DPS/infDPS/	subst	NFS-e cancelada não pode ser substituída.	Obrig.	Rej.	E0046	Uma NFS-e cancelada não pode ser substituída. Informe uma chave de NFS-e não cancelada anteriormente.	-
24	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e fora do prazo permitido, conforme parametrização do município emissor da NFS-e, exceto quando cMotivo for igual a 1 ou 2.	Obrig.	Rej.	E0050	Uma NFS-e não pode ser substituída fora do prazo estabelecido pelo município emissor da NFS-e.	O município conveniado ao Sistema Nacional NFS-e deverá parametrizar o prazo máximo permitido para que o emitente da NFS-e possa substituir uma NFS-e que o município tenha gerado.
25	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e que não contenha identificação do tomador, conforme parametrização do município emissor da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0056	NFS-e não pode ser substituída pois não possui identificação do tomador.	Prazo máximo parametrizável é 2 anos.
26	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e com alteração da identificação do não emitente, conforme parametrização do município emissor da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0058	NFS-e não pode ser substituída pois não possui identificação do tomador.	O município conveniado ao Sistema Nacional NFS-e deverá parametrizar se impede ou não a substituição de nota caso a nota Substida não tenha as informações do NI do tomador
27	DPS/infDPS/	subst	Os campos data de competência, subitem da lista nacional de serviços, código complementar municipal e local da prestação não podem ser alterados.	Obrig.	Rej.	E0060	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e com alteração da identificação do não emitente, conforme parametrização do município emissor da NFS-e.	-
28	DPS/infDPS/	subst	NFS-e com retenção de ISSQN quitada não pode ser substituída.	Obrig.	Rej.	E0064	Os campos data de competência, subitem da lista nacional de serviços, código complementar municipal e local da prestação não podem ser alterados.	-
29	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e que tenha sido gerada em emissor municipal próprio.	Obrig.	Rej.	E0065	NFS-e com retenção de ISSQN quitada não pode ser substituída.	-
30	DPS/infDPS/	subst	Não é possível a substituição desta NFS-e pois a mesma possui registro de Evento de Solicitação de Análise Fiscal para Cancelamento de NFS-e aguardando resposta.	Obrig.	Rej.	E0068	Não é possível substituição da NFS-e que tenha sido gerada em emissor municipal próprio.	-
31	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e que tenha registro de Evento de Manifestação de Confirmação da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0070	Não é possível a substituição desta NFS-e pois a mesma possui registro de Evento de Solicitação de Análise Fiscal para Cancelamento de NFS-e aguardando resposta. Para mais informações, consultar a Administração Tributária Municipal do município emissor da NFS-e.	-
32	DPS/infDPS/	subst	Não poderá ocorrer a substituição de NFS-e que tenha registro de Evento de Manifestação de Confirmação Tácita da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0072	Não é possível a substituição desta NFS-e pois já ocorreu uma manifestação de confirmação de serviço. Para mais informações, consultar a Administração Tributária Municipal do município emissor da NFS-e.	-
33	DPS/infDPS/	subst	Não é permitido realizar a substituição para NFS-e que possua Evento de Tributos Recolhidos vinculado, conforme parametrização do município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0074	Não é possível a substituição desta NFS-e pois já ocorreu uma manifestação tácita da NFS-e. Para mais informações, consultar a Administração Tributária Municipal do município emissor da NFS-e.	-
34	DPS/infDPS/	subst	Não é permitido realizar a substituição para NFS-e que possua Evento de Bloqueio de Ofício para o Evento de Cancelamento de NFS-e por Substituição vigente.	Obrig.	Rej.	E0076	Não é permitido realizar a substituição para NFS-e que possua Evento de Tributos Recolhidos vinculado, conforme parametrização do município de incidência do ISSQN.	Um evento de bloqueio de ofício para qualquer outro tipo de evento é considerado vigente se não há um correspondente evento de desbloqueio de ofício que contemple o tipo de evento bloqueado.
35	DPS/infDPS/	subst	Quando cMotivo = 9, o xMotivo deve informado.	Obrig.	Rej.	E0078	Não é permitido realizar a substituição para NFS-e que possua Evento de Bloqueio de Ofício para o Evento de Cancelamento de NFS-e por Substituição vigente.	-

36	DPS/infDPS/	prest	-	-	-	-	-	-
37			CNPJ informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0080	CNPJ do prestador informado na DPS é inválido.	-
38			CNPJ inexistente no cadastro CNPJ na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0082	CNPJ do emitente prestador não encontrado no cadastro CNPJ na data de processamento.	A verificação em questão não é realizada quando o Município escolhe utilizar o CNC. No momento em que os Municípios carregam seus cadastros no ambiente nacional essa validação já é realizada. Não existirá CNPJs não validados no CNC
39	DPS/infDPS/prest/	CNPJ	CNPJ não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0084	CNPJ do emitente prestador não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento.	-
40			CNPJ inexistente no cadastro CNC NFS-e na data de processamento a DPS, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0086	CNPJ do emitente prestador não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de processamento.	Os casos de nota avulsa excepcionarão essa regra. Nos casos de Nota avulsa, será utilizado o cadastro CNPJ.
41			Se o prestador não é o emitente (tpEmit for diferente de 1), verificar se o CNPJ informado na DPS existe no cadastro CNPJ na data de processamento da DPS.	Obrig.	Rej.	E0094	CNPJ do prestador informado na DPS não encontrado no cadastro CNPJ na data de processamento.	-
42			CPF informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0096	CPF do prestador informado na DPS é inválido.	-
43			CPF inexistente no cadastro CPF na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0098	CPF do emitente prestador não encontrado no cadastro CPF na data de processamento.	Os casos de emissão de NFS-e por CPFs quando o município adota como padrão o cadastro RFB são excepcionais, restritos a comércio exterior. Regra geral, a pessoa física deverá emitir a NFS-e pelo CAEPF
44	DPS/infDPS/prest/	CPF	CPF não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0099	CPF do emitente prestador não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento.	-
45			CPF inexistente no cadastro CNC NFS-e na data de processamento a DPS, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0100	CPF do emitente prestador não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de processamento.	-
46			Se o prestador não é o emitente (tpEmit for diferente de 1), verificar se o CPF informado na DPS existe no cadastro CPF na data de processamento da DPS.	Obrig.	Rej.	E0108	CPF do prestador informado na DPS não encontrado no cadastro CPF na data de processamento.	-
47	DPS/infDPS/prest/	NIF	Se o campo tpEmit for igual a 1, então NIF do prestador não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0112	O prestador de serviço, quando emitente da DPS, não pode ser identificado pelo NIF.	-
48	DPS/infDPS/prest/	cNaoNIF	Se o campo tpEmit for igual a 1, então cNaoNIF do prestador não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0114	O prestador de serviço, quando emitente da DPS, somente pode ser identificado pelo CNPJ ou CPF.	-
49			Se o valor ido campo cNaoNIF do prestador, informado na DPS, for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0115	Valor 0 para o motivo da não inforção do NIF do prestador não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
50	DPS/infDPS/prest/	CAEPF	-	-	-	-	-	-
51			Se o campo tpEmit for igual a 1 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve ser informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0116	A IM não foi informada para o emitente prestador do serviço na DPS.	-
52			Se o campo tpEmit for igual a 1 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve corresponder ao IM associado ao CNPJ/CPF que foi cadastrado no CNC NFS-e pelo município emissor.	Obrig.	Rej.	E0118	A IM informada na DPS não corresponde à IM associada ao CNPJ/CPF do emitente prestador cadastrado no CNC pelo município emissor.	-
53	DPS/infDPS/prest/	IM	IM não autorizada a emitir NFS-e na data de processamento desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 1 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0119	Inscrição Municipal do emitente prestador não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CNC NFS-e.	O atributo de bloqueio/permissão para emissão de NFS-e no CNC NFS-e é o único parâmetro que determina a emissão de NFS-e na data de processamento da DPS. O bloqueio/permissão para emissão de NFS-e é um atributo informado pelo município no CNC NFS-e. O atributo autoriza ou não o contribuinte a emitir o documento fiscal. Não leva em consideração o histórico do período de habilitação. Se estiver com status bloqueado, o contribuinte não estará autorizado a emitir notas em nenhuma hipótese, mesmo em competências retroativas.
54			Se o campo tpEmit for igual a 1 e o município emissor não possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM não deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0120	IM do prestador não deve ser informado, pois município emissor não possui cadastro CNC NFS-e.	-
55	DPS/infDPS/prest/	xNome	Se o emitente da DPS for o prestador de serviço (tpEmit for igual a 1), então o nome ou razão social não deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0121	O nome ou razão social do prestador não deve ser informado quando o emitente da DPS for o próprio prestador.	-
56			Se o emitente da DPS não for o prestador de serviço (tpEmit for igual a 2 ou 3), então o nome ou razão social deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0122	O nome ou razão social do prestador deve ser informado quando o emitente da DPS não for o próprio prestador.	-
57	DPS/infDPS/prest/	end	-	-	-	-	-	-
58	DPS/infDPS/prest/	end	Se o emitente da DPS não for o prestador do serviço (tpEmit = 2 ou 3) o grupo de informações do endereço do prestador de serviço deve ser informado na DPS obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0124	O endereço nacional do prestador deve ser informado na DPS quando o prestador não for o emitente da DPS.	-
59			Se o emitente da DPS é o prestador do serviço (tpEmit = 1), então o grupo de informações do endereço do prestador de serviço não deve ser informado na DPS.	Obrig.	Rej.	E0128	O endereço nacional do prestador do serviço não deve ser informado na DPS quando o próprio prestador for o emitente da DPS.	-
60	DPS/infDPS/prest/end/endNac/	cMun	Quando o endereço nacional do prestador for informado na DPS e o mesmo for identificado pelo CNPJ, o código do município do endereço do prestador, deve existir e corresponder ao município do seu endereço no cadastro CNPJ na data de processamento da DPS.	Obrig.	Rej.	E0132	O código do município informado na DPS para o endereço do prestador do serviço não corresponde ao município do cadastro CNPJ na data de processamento da DPS.	-
61			Quando o endereço nacional do prestador for informado na DPS e o mesmo for identificado pelo CPF, o código do município do endereço do prestador, deve existir e corresponder ao município do seu endereço no cadastro CPF na data de processamento da DPS.	Obrig.	Rej.	E0134	O código do município informado na DPS para o endereço do prestador do serviço não corresponde ao município do cadastro CPF na data de processamento da DPS.	-
62	DPS/infDPS/prest/end/endNac/	CEP	O CEP informado deve existir e pertencer ao município correspondente ao código do município informado para o endereço do prestador do serviço.	Obrig.	Rej.	E0138	O CEP informado para o endereço nacional do prestador do serviço não existente ou não pertence ao município informado na DPS. Informe um CEP existente e que pertença ao município informado para o endereço do prestador do serviço na DPS.	-
63	DPS/infDPS/prest/end/	endExt	Se o NIF do prestador de serviço foi informado e o emitente da DPS for identificado por CNPJ, então o grupo de informações de endereço no exterior do tomador do serviço deve ser informado obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0142	O grupo de informações de endereço no exterior deve ser informado obrigatoriamente quando o prestador for identificado pelo NIF e o emitente por CNPJ.	-
64	DPS/infDPS/prest/end/endExt/	cPais	O código de país informado para o endereço no exterior do prestador do serviço deve existir e ser diferente de Brasil (BR), conforme a tabela ISO2.	Obrig.	Rej.	E0146	O código de país informado para o endereço no exterior do prestador do serviço não existe ou é igual ao código do Brasil. Informe um código de país existente e diferente do código do Brasil (BR) para o endereço no exterior do prestador do serviço, conforme tabela de país ISO2.	-
65	DPS/infDPS/prest/end/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-
66	DPS/infDPS/prest/end/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-
67	DPS/infDPS/prest/end/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-
68	DPS/infDPS/prest/end/	xLgr	-	-	-	-	-	-
69	DPS/infDPS/prest/end/	nro	-	-	-	-	-	-
70	DPS/infDPS/prest/end/	xCpl	-	-	-	-	-	-
71	DPS/infDPS/prest/end/	xBairro	-	-	-	-	-	-
72	DPS/infDPS/prest/	fone	-	-	-	-	-	-
73	DPS/infDPS/prest/	email	Email deve ser informado conforme estrutura (conter @, ponto etc.).	Obrig.	Rej.	E0148	Email inválido.	-
74	DPS/infDPS/prest/	regTrib	-	-	-	-	-	-
75	DPS/infDPS/prest/regTrib/	opSimpNac	Opção de situação perante o Simples Nacional do prestador, informada na DPS, não está de acordo com o cadastro Simples Nacional na data de competência informada na DPS. Se CNPJ do prestador não consta no cadastro então opSimpNac é igual a 1;	Obrig.	Rej.	E0160	No mês de competência da NFS-e, a opção de situação perante o Simples Nacional, do prestador, informada na DPS não está de acordo com o cadastro Simples Nacional.	-

76	DPS/infDPS/prest/regTrib/	regApTribSN	O regime de apuração dos tributos para o optante do Simples Nacional (ME/EPP) não pode ser preenchido quando o prestador de serviço não for optante do simples nacional ou for MEI, ou seja, o campo opSimpNac = 1 ou 2.	Obrig.	Rej.	E0162	Não é permitido ao não optante do Simples Nacional e o MEI preencherem o campo de indicação do regime de apuração dos tributos apurados.	-
77			O regime de apuração dos tributos para o optante do Simples Nacional (ME/EPP) deve ser preenchido obrigatoriamente quando o prestador de serviço for optante do simples nacional (ME/EPP), ou seja, o campo opSimpNac = 3.	Obrig.	Rej.	E0166	É obrigatório o preenchimento do campo de regime de apuração dos tributos do SN para o optante do Simples Nacional ME/EPP.	-
78			O regime especial de tributação do prestador do serviço deve ser "0 - Nenhum" quando o município de incidência do ISSQN não estiver conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0173	O regime especial de tributação informado na DPS deve ser "0 - Nenhum" quando o município de incidência do ISSQN não estiver conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	-
79			Tipo de regime especial de tributação deve ser "Nenhum", quando o prestador for MEI (opSimpNac = 2).	Obrig.	Rej.	E0174	Quando o prestador da NFS-e é MEI o regime especial de tributação deve ser "Nenhum".	-
80			Tipo de regime especial de tributação deve ser "Nenhum", quando o prestador for optante do Simples Nacional ME/EPP (opSimpNac = 3) e o regime de apuração dos tributos ME/EPP for pelo SN (regApTribSN = 1).	Obrig.	Rej.	E0175	Quando o prestador da NFS-e é ME/EPP e não há regime de apuração dos tributos fora do SN, o regime especial de tributação deve ser "Nenhum".	-
81	DPS/infDPS/prest/regTrib/	regEspTrib	Tipo de regime especial de tributação deve ser "Nenhum", quando município do prestador é diferente do município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0176	Quando o município do prestador da DPS é diferente do município de incidência do ISSQN o regime especial de tributação deve ser "Nenhum".	-
82			Verificar se o Regime Especial de Tributação informado na DPS é admitido pelo município do prestador de serviço.	Obrig.	Rej.	E0177	vRegime especial de tributação informado na DPS não é admitido pelo município do prestador de serviço.	-
83			Quando o município do prestador de serviço é o mesmo do município de incidência do ISSQN, verificar se é permitido para o contribuinte o regime especial de tributação o com o código de serviço, ambos informados na DPS, de acordo com a parametrização do município.	Obrig.	Rej.	E0178	Regime especial de tributação não permitido para o prestador do serviço com código de tributação e data de competência, informados na DPS, conforme parametrização do município do estabelecimento do prestador.	-
84	DPS/infDPS/	toma	Obs : Além do regime especial de tributação permitido para o contribuinte conforme parametrização municipal, o valor "Nenhum" também é permitido.	-	-	-	-	-
85			CNPJ informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0188	CNPJ do tomador informado na DPS é inválido.	-
86			CNPJ do tomador inexistente no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0190	CNPJ do tomador não encontrado no cadastro CNPJ.	-
87			CNPJ inexistente no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0192	CNPJ do tomador não encontrado no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS.	-
88			CNPJ não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0194	CNPJ do emitente tomador não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento.	-
89	DPS/infDPS/toma/	CNPJ	CNPJ inexistente no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0196	CNPJ do tomador do serviço não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS.	-
90			CNPJ não autorizado a emitir NFS-e na data de emissão desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0198	CNPJ do tomador não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CNPJ.	-
91			CNPJ do tomador é igual ao CNPJ do prestador. Para efeitos desta regra comparar a raiz dos CNPJ (8 primeiros dígitos).	Obrig.	Rej.	E0202	Na emissão da NFS-e não é permitido que o prestador do serviço seja igual ao tomador do serviço.	Para a aplicação dessa regra, considera-se a raiz do CNPJ, incluindo todos os estabelecimentos
92			Se a DPS indicar retenção pelo tomador (tpRetISSQN = 2), então o tomador deve ser identificado por CNPJ ou CPF.	Obrig.	Rej.	E0204	CNPJ ou CPF do tomador não foi informado, mas existe uma indicação para retenção do ISSQN na DPS no campo de tipo de "Retenção do ISSQN".	-
93			CPF informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0206	CPF do tomador informado na DPS é inválido.	-
94			CPF do tomador inexistente no cadastro CPF na data de competência informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0208	CPF do tomador não encontrado no cadastro CPF.	-
95			CPF inexistente no cadastro CPF na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0210	CPF do tomador não encontrado no cadastro CPF na data de competência informada na DPS.	-
96			CPF não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0212	CPF do emitente tomador não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento.	-
97	DPS/infDPS/toma/	CPF	CPF inexistente no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0214	CPF do tomador não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS.	-
98			CPF não autorizado a emitir NFS-e na data de emissão desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0216	CPF do tomador não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CPF.	-
99			CPF não autorizado a emitir NFS-e na data de emissão desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0216	CPF do tomador não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CPF.	-
100	DPS/infDPS/toma/	NIF	Se o campo tpEmit for igual a 2, então NIF do tomador não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0222	O tomador de serviço, quando emitente da DPS, não pode ser identificado pelo NIF.	-
101			Se o campo tpEmit for igual a 2, então cNaoNIF do tomador não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0224	O tomador de serviço, quando emitente da DPS, somente pode ser identificado pelo CNPJ ou CPF.	-
102	DPS/infDPS/toma/	cNaoNIF	Se o valor ido campo cNaoNIF do tomador, informado na DPS, for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0226	Valor 0 para o motivo da não infoção do NIF do tomador não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
103	DPS/infDPS/toma/	CAEPF	-	-	-	-	-	-
104			Se o campo tpEmit for igual a 2 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve ser informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0228	A IM não foi informada para o emitente tomador do serviço na DPS.	-
105			Se o campo tpEmit for igual a 2 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve corresponder ao IM associado ao CNPJ/CPF que foi cadastrado no CNC NFS-e pelo município emissor.	Obrig.	Rej.	E0230	A IM informada na DPS não corresponde à IM associada ao CNPJ/CPF do emitente tomador cadastrado no CNC pelo município emissor.	-
106	DPS/infDPS/toma/	IM	IM não autorizada a emitir NFS-e na data de processamento desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 2 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0231	Inscrição Municipal do emitente tomador não autorizada a emitir NFS-e pelo cadastro CNC NFS-e.	-
107			Se o campo tpEmit for igual a 2 e o município emissor não possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM não deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0232	IM do tomador não deve ser informada, pois município emissor não possui cadastro CNC NFS-e.	-
108	DPS/infDPS/toma/	xNome	Se NIF for preenchido então o campo xNome deve ser preenchido obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0233	-	-
109	DPS/infDPS/toma/	end	-	-	-	-	-	-
110			Se o tpEmit é igual a 1 e o tomador foi identificado pelo CNPJ, então o grupo de informações de endereço nacional do tomador do serviço deve ser informado obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0234	O endereço nacional do tomador do serviço deve ser informado na DPS quando o tomador for identificado pelo CNPJ.	-
111	DPS/infDPS/toma/end/	endNac	Se o emitente da DPS é o tomador do serviço (tpEmit = 2), então o grupo de informações do endereço nacional do tomador não deve ser informado na DPS, exceto se valor do ISSQN deva ser retido pelo próprio tomador (tpRetISSQN = 2).	Obrig.	Rej.	E0235	O endereço nacional do tomador do serviço não deve ser informado na DPS quando o próprio tomador do serviço for o emitente da DPS.	-
112			Se o valor do ISSQN deve ser retido pelo tomador do serviço (tpRetISSQN = 2), então o grupo de informações do endereço nacional deve ser informado na DPS obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0236	O endereço nacional do tomador do serviço deve ser informado na DPS quando o valor do ISSQN for retido pelo tomador.	-
113	DPS/infDPS/toma/end/endNac/	cMun	O código do município informado para o endereço do tomador do serviço não existe, conforme tabela de municípios do IBGE.	Obrig.	Rej.	E0238	O código do município informado na DPS para o endereço do tomador do serviço não existe conforme tabela de município do IBGE.	-
114	DPS/infDPS/toma/end/endNac/	CEP	O CEP informado deve existir e pertencer ao município correspondente ao código do município informado para o endereço do tomador do serviço.	Obrig.	Rej.	E0240	O CEP informado para o endereço nacional do tomador do serviço não existe ou não pertence ao município do endereço do tomador.	-
115	DPS/infDPS/toma/end/	endExt	Se o NIF do tomador de serviço foi informado e o emitente da DPS for identificado por CNPJ, então o grupo de informações de endereço no exterior do tomador do serviço deve ser informado obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0242	O grupo de informações de endereço no exterior deve ser informado obrigatoriamente quando o tomador for identificado pelo NIF e o emitente por CNPJ.	-
116	DPS/infDPS/toma/end/endExt/	cPais	O código de país informado para o endereço no exterior do tomador do serviço deve existir e ser diferente de Brasil (BR), conforme a tabela ISO2.	Obrig.	Rej.	E0246	O código de país informado para o endereço no exterior do tomador do serviço não existe ou é igual ao código do Brasil. Informe um código de país existente e diferente do código do Brasil (BR) para o endereço no exterior do tomador do serviço, conforme tabela de país ISO2.	-

117	DPS/infDPS/toma/end/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-	-
118	DPS/infDPS/toma/end/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-	-
119	DPS/infDPS/toma/end/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-	-
120	DPS/infDPS/toma/end/	xLgr	-	-	-	-	-	-	-
121	DPS/infDPS/toma/end/	nro	-	-	-	-	-	-	-
122	DPS/infDPS/toma/end/	xCpl	-	-	-	-	-	-	-
123	DPS/infDPS/toma/end/	xBairro	-	-	-	-	-	-	-
124	DPS/infDPS/toma/	fone	-	-	-	-	-	-	-
125	DPS/infDPS/toma/	email	Email deve ser informado conforme estrutura (conter @, ponto etc.).	Obrig.	Rej.	E0247	Email inválido.	-	-
126	DPS/infDPS/	interm	-	-	-	-	-	-	-
127	DPS/infDPS/interm/	CNPJ	CNPJ informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0248	CNPJ do intermediário informado na DPS é inválido.	-	-
128			CNPJ do intermediário inexistente no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0250	CNPJ do intermediário não encontrado no cadastro CNPJ.	-	-
129			CNPJ inexistente no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0252	CNPJ do intermediário não encontrado no cadastro CNPJ na data de competência informada na DPS.	-	-
130			CNPJ não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0254	CNPJ do emitente intermediário não estabelecido no município emissor no cadastro CNPJ na data de processamento.	-	-
131			CNPJ existente no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0256	CNPJ do intermediário não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS.	-	-
132			CNPJ não autorizado a emitir NFS-e na data de emissão desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNPJ para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0258	CNPJ do intermediário não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CNPJ.	-	-
133			CNPJ do intermediário é igual ao CNPJ do prestador. Para efeitos desta regra comparar a raíz dos CNPJ (6 primeiros dígitos).	Obrig.	Rej.	E0262	Na emissão da NFS-e não é permitido que o prestador do serviço seja igual ao intermediário do serviço.	-	-
134			Se a DPS indicar retenção pelo intermediário (tpRetISSQN = 3), então o intermediário deve ser identificado por CNPJ ou CPF.	Obrig.	Rej.	E0264	CNPJ ou CPF do intermediário não foi informado, mas existe uma indicação para retenção do ISSQN na DPS no campo de tipo de "Retenção do ISSQN".	-	-
135			CPF informado na DPS é inválido (verificar DV).	Obrig.	Rej.	E0266	CPF do intermediário informado na DPS é inválido.	-	-
136			CPF intermediário inexistente no cadastro CPF na data de competência informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0268	CPF do intermediário não encontrado no cadastro CPF.	-	-
137	DPS/infDPS/interm/	CPF	CPF inexistente no cadastro CPF, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0270	CPF do intermediário não encontrado no cadastro CPF na data de competência informada na DPS.	-	-
138			CPF não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0272	CPF do emitente intermediário não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento.	-	-
139			CPF inexistente no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0274	CPF do intermediário não encontrado no cadastro CNC NFS-e na data de competência informada na DPS.	-	-
140			CPF não autorizado a emitir NFS-e na data de emissão desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0276	CPF do intermediário não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CPF.	-	-
141			CPF não estabelecido no município emissor no cadastro CPF na data de processamento, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CPF para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0276	CPF do intermediário não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CPF.	-	-
142	DPS/infDPS/interm/	NIF	Se o campo tpEmit for igual a 3, então NIF do intermediário não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0280	O intermediário de serviço, quando emitente da DPS, não pode ser identificado pelo NIF.	-	-
143	DPS/infDPS/toma/	cNaoNIF	Se o campo tpEmit for igual a 3, então cNaoNIF do intermediário não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0284	O intermediário de serviço, quando emitente da DPS, somente pode ser identificado pelo CNPJ ou CPF.	-	-
144			Se o valor do campo cNaoNIF do intermediário, informado na DPS, for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0226	Valor 0 para o motivo da não inforção do NIF do intermediário não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-	-
145	DPS/infDPS/interm/	CAEPF	-	-	-	-	-	-	-
146	DPS/infDPS/interm/	IM	Se o campo tpEmit for igual a 3 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve ser informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0286	A IM não foi informada para o emitente intermediário do serviço na DPS.	-	-
147			Se o campo tpEmit for igual a 3 e o município emissor possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM deve corresponder à IM associado ao CNPJ/CPF que foi cadastrado no CNC NFS-e pelo município emissor.	Obrig.	Rej.	E0288	A IM informada na DPS não corresponde à IM associada ao CNPJ/CPF do emitente intermediário cadastrado no CNC pelo município emissor.	-	-
148			IM não autorizada a emitir NFS-e na data de processamento desta DPS, se o campo tpEmit for igual a 3 e no caso em que o município emissor informado na DPS utilize o cadastro CNC NFS-e para validação da DPS e emissão da NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0289	Inscrição Municipal do emitente intermediário não autorizado a emitir NFS-e pelo cadastro CNC NFS-e.	-	-
149			Se o campo tpEmit for igual a 3 e o município emissor não possuir o cadastro CNC NFS-e, então a IM não deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0290	IM do intermediário não deve ser informada, pois município emissor não possui cadastro CNC NFS-e.	-	-
150	DPS/infDPS/interm/	xNome	-	-	-	-	-	-	-
151	DPS/infDPS/interm/	end	-	-	-	-	-	-	-
152	DPS/infDPS/interm/end/	endNac	Se o emitente da DPS é o intermediário do serviço (tpEmit = 3), então o grupo de informações do endereço nacional do intermediário não deve ser informado na DPS, exceto se valor do ISSQN deva ser retido pelo próprio intermediário (tpRetISSQN = 3).	Obrig.	Rej.	E0291	O endereço nacional do intermediário do serviço não deve ser informado na DPS quando o próprio tomador do serviço for o emitente da DPS.	-	-
153			Se o valor do ISSQN deve ser retido pelo intermediário do serviço (tpRetISSQN = 3), então o grupo de informações do endereço nacional deve ser informado na DPS obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0293	O endereço nacional do intermediário do serviço deve ser informado na DPS quando o valor do ISSQN for retido pelo intermediário.	-	-
154	DPS/infDPS/interm/end/endNac/	cMun	O código do município informado para o endereço do intermediário do serviço não existe, conforme tabela de municípios do IBGE.	Obrig.	Rej.	E0294	O código do município informado na DPS para o endereço do intermediário do serviço não existe conforme tabela de município do IBGE.	-	-
155	DPS/infDPS/interm/end/endNac/	CEP	O CEP informado deve existir e pertencer ao município correspondente ao código do município informado para o endereço do intermediário do serviço.	Obrig.	Rej.	E0296	O CEP informado para o endereço nacional do intermediário do serviço não existe ou não pertence ao município do endereço do intermediário.	-	-
156	DPS/infDPS/interm/end/	endExt	Se o NIF do intermediário de serviço foi informado e o emitente da DPS for identificado por CNPJ, então o grupo de informações de endereço no exterior do tomador do serviço deve ser informado obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0298	O grupo de informações de endereço no exterior deve ser informado obrigatoriamente quando o intermediário for identificado pelo NIF e o emitente por CNPJ.	-	-
157	DPS/infDPS/interm/end/endExt/	cPais	O código de país informado para o endereço no exterior do intermediário do serviço deve existir e ser diferente de Brasil (BR), conforme a tabela ISO2.	Obrig.	Rej.	E0299	O código de país informado para o endereço no exterior do intermediário do serviço não existe ou é igual ao código do Brasil. Informe um código de país existente e diferente do código do Brasil (BR) para o endereço no exterior do intermediário do serviço, conforme tabela de país ISO2.	-	-
158	DPS/infDPS/interm/end/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-	-
159	DPS/infDPS/interm/end/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-	-
160	DPS/infDPS/interm/end/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-	-
161	DPS/infDPS/interm/end/	xLgr	-	-	-	-	-	-	-
162	DPS/infDPS/interm/end/	nro	-	-	-	-	-	-	-
163	DPS/infDPS/interm/end/	xCpl	-	-	-	-	-	-	-
164	DPS/infDPS/interm/end/	xBairro	-	-	-	-	-	-	-
165	DPS/infDPS/interm/	fone	-	-	-	-	-	-	-
166	DPS/infDPS/interm/	email	Email deve ser informado conforme estrutura (conter @, ponto etc.).	Obrig.	Rej.	E0300	Email inválido.	-	-
167	DPS/infDPS/	serv	-	-	-	-	-	-	-
168	DPS/infDPS/serv/	locPrest	-	-	-	-	-	-	-
169	DPS/infDPS/serv/locPrest/	cLocPrestacao	Se informado, o código do município deve existir na tabela de municípios do IBGE ou possuir a codificação 0000000 que representa "Águas Marítimas".	Obrig.	Rej.	E0302	O código do local da prestação do serviço não existe conforme a tabela de municípios IBGE disponibilizada no AnexoA-Tabelas_ISO2Países_MunIBGE_Rodovias-SNNFSe	-	-

170	DPS/infDPS/serv/locPrest/	cPaisPrestacao	Se informado, o código do país deve existir na tabela de país ISO2 e ser diferente de Brasil (BR).	Obrig.	Rej.	E0304	Informe um código de país existente diferente de Brasil (BR), conforme tabela de país ISO2.	A informação de um código de país (sempre diferente de Brasil) configura um cenário de exportação de serviço e, consequentemente, a não incidência o ISSQN. Desta forma não existe município de incidência deste imposto.
171	DPS/infDPS/serv/locPrest/	cPaisConsum	-	-	-	-	-	-
172	DPS/infDPS/serv/	cServ	-	-	-	-	-	-
173	DPS/infDPS/serv/cServ/	cTribNac	O código de tributação nacional informado não existe na data de competência informada na DPS, conforme a lista de serviços nacional (disposta no anexo deste documento). Se "Águas Marítimas" (código de 7 dígitos igual a 0000000) foi informado como local da prestação do serviço (campo cLocPrestacao), então o código do serviço informado não pode corresponder ao subitem 200101 da lista de serviços desdobrada do Sistema Nacional NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0310	Informe um código de tributação nacional existente na data de competência informada na DPS, conforme a lista de serviços nacional.	-
174	DPS/infDPS/serv/cServ/	cTribMun	O código de tributação municipal informado não existe na data de competência informada na DPS, conforme a lista de serviços municipal do município de incidência do ISSQN, se o mesmo estiver conveniado e ativo no sistema nacional. Caso o município de incidência não esteja conveniado e ativo no sistema nacional, o sistema não deve realizar esta validação e aceitar o código que for informado.	Obrig.	Rej.	E0312	o código nacional de serviço informado não pode corresponder ao subitem 200101 da lista de serviços desdobrada do Sistema Nacional NFS-e quando o local da prestação for "Águas Marítimas" (0000000).	-
175	DPS/infDPS/serv/cServ/	cTribMun	O código de tributação municipal informado não existe na data de competência informada na DPS, conforme a lista de serviços municipal do município de incidência do ISSQN, se o mesmo estiver conveniado e ativo no sistema nacional. Caso o município de incidência não esteja conveniado e ativo no sistema nacional, o sistema não deve realizar esta validação e aceitar o código que for informado.	Obrig.	Rej.	E0314	Informe um código de tributação municipal existente na data de competência informada na DPS, conforme a lista de serviços do município de incidência do ISSQN.	-
176	DPS/infDPS/serv/cServ/	xDescServ	-	-	-	-	-	-
177	DPS/infDPS/serv/cServ/	cNBS	O código da lista NBS informado na DPS não existe, conforme tabela NBS do anexo xx deste documento. Se o emitente for o prestador (tpEmit = 1) e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS, País no exterior do endereço do tomador do serviço, País no exterior do endereço do intermediário do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então é obrigatório informar na DPS um item da NBS. Se o emitente for o tomador (tpEmit = 2) ou o intermediário de serviço (tpEmit = 3), e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS País no exterior do endereço do prestador do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então é obrigatório informar na DPS um item da NBS.	Obrig.	Rej.	E0316	Código da lista NBS informado inexistente tabela de NBS do sistema.	-
178	DPS/infDPS/serv/cServ/	cNBS	País no exterior do endereço do tomador do serviço, País no exterior do endereço do intermediário do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então é obrigatório informar na DPS um item da NBS. Se o emitente for o tomador (tpEmit = 2) ou o intermediário de serviço (tpEmit = 3), e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS País no exterior do endereço do prestador do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então é obrigatório informar na DPS um item da NBS.	Obrig.	Rej.	E0318	É obrigatório informar na DPS um item da NBS para casos de exportação de serviço.	-
179	DPS/infDPS/serv/cServ/	cIntContrib	-	-	-	-	-	-
180	DPS/infDPS/serv/cServ/	cIntContrib	-	-	-	-	-	-
181	DPS/infDPS/serv/	comExt	EXPORTAÇÃO DE SERVIÇO Se o emitente for o prestador (tpEmit = 1), e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS País no exterior do endereço do tomador do serviço, País no exterior do endereço do intermediário do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então o grupo de informações de comércio exterior devem ser informado. IMPORTAÇÃO DE SERVIÇO Se o emitente for o tomador (tpEmit = 2) ou o intermediário de serviço (tpEmit = 3), e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS País no exterior do endereço do prestador do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então o grupo de informações de comércio exterior devem ser informados.	Obrig.	Rej.	E0330	É obrigatório prestar informações de comércio exterior para as situações de exportação de serviços.	-
182	DPS/infDPS/serv/	comExt	Se o emitente for o tomador (tpEmit = 2) ou o intermediário de serviço (tpEmit = 3), e qualquer um dos campos abaixo for informado na DPS País no exterior do endereço do prestador do serviço ou cPaisPrestacao é informado, então o grupo de informações de comércio exterior devem ser informados.	Obrig.	Rej.	E0331	É obrigatório prestar informações de comércio exterior para as situações de importação de serviços.	-
183	DPS/infDPS/serv/comExt/	mdPrestacao	Se o valor ido campo mdPrestacao for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0333	Valor 0 para o modo de prestação não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
184	DPS/infDPS/serv/comExt/	vincPrest	-	-	-	-	-	-
185	DPS/infDPS/serv/comExt/	tpMoeda	-	-	-	-	-	-
186	DPS/infDPS/serv/comExt/	vServMoeda	-	-	-	-	-	-
187	DPS/infDPS/serv/comExt/	mecAFComexP	Se o valor ido campo mecAFComexP for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0341	Valor 0 para o Mecanismo de apoio/fomento ao Comércio Exterior utilizado pelo prestador do serviço não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
188	DPS/infDPS/serv/comExt/	mecAFComexT	Se o valor ido campo mecAFComexT for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0343	Valor 0 para o Mecanismo de apoio/fomento ao Comércio Exterior utilizado pelo tomador do serviço não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
189	DPS/infDPS/serv/comExt/	movTempBens	Se o valor ido campo movTempBens for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0345	Valor 0 para o Vínculo da Operação à Movimentação Temporária de Bens não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
190	DPS/infDPS/serv/comExt/	nDI	Se movTempBens = 2, então o preenchimento de nDI é obrigatório	Obrig.	Rej.	E0352	O preenchimento do campo nDI (Número da Declaração de Importação) é obrigatório quando o campo (movTempBens) Vínculo da Operação à Movimentação Temporária de Bens for igual a 2.	-
191	DPS/infDPS/serv/comExt/	nDI	Se movTempBens = 1, então o preenchimento de nDI e nRE não é permitido	Obrig.	Rej.	E0354	do nRE (Número do Registro de Exportação) não é permitido quando o campo (movTempBens) Vínculo da Operação à Movimentação Temporária de Bens for igual a 2.	-
192	DPS/infDPS/serv/comExt/	nRE	Se movTempBens = 3, então o preenchimento de nRE é obrigatório	Obrig.	Rej.	E0356	O preenchimento do campo nRE (Número do Registro de Exportação) é obrigatório quando o campo (movTempBens) Vínculo da Operação à Movimentação Temporária de Bens for igual a 3.	-
193	DPS/infDPS/serv/comExt/	mdic	-	-	-	-	-	-
194	DPS/infDPS/serv/comExt/	mdic	-	-	-	-	-	-
195	DPS/infDPS/serv/	Isadppu	Se o código de tributação nacional pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza é obrigatório. Se o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza não é permitido. *Exceção: O grupo de informações de obra pode ser informado se o código de tributação nacional for o 99.01.01.	Obrig.	Rej.	E0360	O grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza é obrigatório quando o código de tributação nacional pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços. O grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza não é permitido quando o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços., com exceção do código 99.01.01.	-
196	DPS/infDPS/serv/	Isadppu	Se o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza não é permitido. *Exceção: O grupo de informações de obra pode ser informado se o código de tributação nacional for o 99.01.01.	Obrig.	Rej.	E0361	O grupo de informações de Localização, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza não é permitido quando o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 03.04.01 da lista de serviços., com exceção do código 99.01.01.	-
197	DPS/infDPS/serv/Isadppu/	categ	-	-	-	-	-	-
198	DPS/infDPS/serv/Isadppu/	objeto	-	-	-	-	-	-
199	DPS/infDPS/serv/Isadppu/	extensao	Se o objeto do serviço for diferente de "3 - Postes", então a extensão deve ser informada e expressada em valor de Km.	Obrig.	Rej.	E0365	A extensão deve ser informada quando o objeto do serviço não for relativo a Postes.	-
200	DPS/infDPS/serv/Isadppu/	extensao	Se o objeto do serviço for de "3 - Postes", então a extensão não deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0366	A extensão não deve ser informado quando o objeto do serviço for relativo a Postes.	-
201	DPS/infDPS/serv/Isadppu/	nPostes	Se o objeto do serviço for "3 - Postes", então o número de postes deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0367	O número de postes deve ser informado quando o objeto do serviço for relativo a Postes.	-

202	DPS/infDPS/serv/v/obras/pou	infPostes	Se o objeto do serviço for diferente de "3 - Postes", então o número de postes não deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0368	O número de postes não deve ser informado quando o objeto do serviço não for relativo a Postes.	-
203	DPS/infDPS/serv	obra	Se o código de tributação nacional pertencer a um dos subitens, 07.02.01, 07.02.02, 07.04.01, 07.05.01, 07.05.02, 07.06.01, 07.06.02, 07.07.01, 07.08.01, 07.17.01 e 07.19.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de obra é obrigatório.	Obrig.	Rej.	E0370	O grupo de informações de obra é obrigatório quando o código de tributação nacional pertencer a um dos subitens 07.02.01, 07.02.02, 07.04.01, 07.05.01, 07.05.02, 07.06.01, 07.06.02, 07.07.01, 07.08.01, 07.17.01 e 07.19.01 da lista de serviços.	-
204			Se o código de tributação nacional não pertencer a algum dos subitens 07.02.01, 07.02.02, 07.04.01, 07.05.01, 07.05.02, 07.06.01, 07.06.02, 07.07.01, 07.08.01, 07.17.01 e 07.19.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de obra não é permitido. *Exceção: O grupo de informações de obra pode ser informado se o código de tributação nacional for o 99.01.01.	Obrig.	Rej.	E0372	O grupo de informações de obra não é permitido quando o código de tributação nacional não pertencer a algum dos subitens 07.02.01, 07.02.02, 07.04.01, 07.05.01, 07.05.02, 07.06.01, 07.06.02, 07.07.01, 07.08.01, 07.17.01 e 07.19.01 da lista de serviços, com exceção do código 99.01.01.	-
205								-
206	DPS/infDPS/serv/obra/	inscImobFisc	-	-	-	-	-	-
207	DPS/infDPS/serv/obra/	cObra	-	-	-	-	-	-
208	DPS/infDPS/serv/obra/	end	-	-	-	-	-	-
209	DPS/infDPS/serv/obra/end/	CEP	Se o município local da prestação do serviço de obra foi informado (cMunPrestacao foi informado), então o CEP deve ser informado e pertencer a este município.	Obrig.	Rej.	E0398	Informe um CEP correspondente ao município do local da prestação do serviço informado nesta DPS para indicar corretamente o endereço da atividade ou evento.	-
210	DPS/infDPS/serv/obra/end/	endExt	Se o país da prestação do serviço de obra foi informado (cPaisPrestacao foi informado), então o CEP não deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0400	O CEP não deve ser informado quando o endereço da atividade de evento ocorrer no exterior do país.	-
211			Se o país local da prestação do serviço de obra foi informado (cPaisPrestacao foi informado), então o grupo de informações de endereço no exterior deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0402	O grupo de informações de endereço da atividade de obra ocorrido no exterior deve ser informado quando o país do local da prestação for informado na DPS.	-
212			Se o município local da prestação do serviço de obra foi informado (cMunPrestacao foi informado), então o grupo de informações de endereço no exterior não deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0404	O grupo de informações de endereço da atividade de obra ocorrido no exterior não deve ser informado quando o município do local da prestação for informado na DPS.	-
213	DPS/infDPS/serv/obra/end/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-
214	DPS/infDPS/serv/obra/end/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-
215	DPS/infDPS/serv/obra/end/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-
216	DPS/infDPS/serv/obra/end/	xLgr	-	-	-	-	-	-
217	DPS/infDPS/serv/obra/end/	nro	-	-	-	-	-	-
218	DPS/infDPS/serv/obra/end/	xCpl	-	-	-	-	-	-
219	DPS/infDPS/serv/obra/end/	xBairro	-	-	-	-	-	-
220	DPS/infDPS/serv/	atvEvento	Se o código de tributação nacional pertencer ao item 12 da lista de serviços, então o grupo de informações de Atividade/Evento é obrigatório.	Obrig.	Rej.	E0390	O grupo de informações de Atividade/Evento é obrigatório quando o código de tributação nacional pertencer ao item 12 da lista de serviços.	-
221			Se o código de tributação nacional não pertencer ao item 12 da lista de serviços, então o grupo de informações de Atividade/Evento não é permitido. *Exceção: O grupo de informações de Atividade/Evento pode ser informado se o código de tributação nacional for o 99.01.01.	Obrig.	Rej.	E0392	O grupo de informações de Atividade/Evento não é permitido quando o código de tributação nacional não pertencer ao item 12 da lista de serviços, com exceção do código 99.01.01.	-
222								-
223	DPS/infDPS/serv/atvEvento/	xNome	-	-	-	-	-	-
224	DPS/infDPS/serv/atvEvento/	dtIni	-	-	-	-	-	-
225	DPS/infDPS/serv/atvEvento/	dtFim	-	-	-	-	-	-
226	DPS/infDPS/serv/atvEvento/	idAtvEvt	-	-	-	-	-	-
227	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	endAtvEvento	-	-	-	-	-	-
228	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	CEP	Se o município local da prestação da atividade de evento foi informado (cMunPrestacao foi informado), então o CEP deve ser informado e pertencer a este município.	Obrig.	Rej.	E0398	Informe um CEP correspondente ao município do local da prestação do serviço informado nesta DPS para indicar corretamente o endereço da atividade ou evento.	-
229			Se o país local da prestação da atividade de evento foi informado (cPaisPrestacao foi informado), então o CEP não deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0400	O CEP não deve ser informado quando o endereço da atividade de evento ocorrer no exterior do país.	-
230			Se o país da prestação da atividade de evento foi informado (cPaisPrestacao foi informado), então o grupo de informações do endereço no exterior deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0402	O grupo de informações de endereço da atividade de evento ocorrido no exterior deve ser informado quando o país do local da prestação for informado na DPS.	-
231	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-
232	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-
233	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-
234	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	xLgr	-	-	-	-	-	-
235	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	nro	-	-	-	-	-	-
236	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	xCpl	-	-	-	-	-	-
237	DPS/infDPS/serv/atvEvento/endAtvEvento/	xBairro	-	-	-	-	-	-
238	DPS/infDPS/serv/	explRod	Se o código de tributação nacional pertencer ao subitem 22.01.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de exploração de rodovias é obrigatório.	Obrig.	Rej.	E0408	O grupo de informações de exploração de rodovias é obrigatório quando o código de tributação nacional pertencer ao subitem 22.01.01 da lista de serviços.	-
239			Se o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 22.01.01 da lista de serviços, então o grupo de informações de exploração de rodovias não é permitido. *Exceção: O grupo de informações de obra pode ser informado se o código de tributação nacional for o 99.01.01.	Obrig.	Rej.	E0409	O grupo de informações de exploração de rodovias não é permitido quando o código de tributação nacional não pertencer ao subitem 22.01.01 da lista de serviços, com exceção do código 99.01.01.	-
240								-
241	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	categVei	Se o valor ido campo categVei for 0, então a DPS deve ser rejeitada.	Obrig.	Rej.	E0410	Valor 0 para a categoria de veículos não é permitido na Sefin do Sistema Nacional NFS-e.	-
242	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	nEixos	-	-	-	-	-	-
243	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	rodagem	-	-	-	-	-	-
244	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	sentido	-	-	-	-	-	-
245	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	placa	-	-	-	-	-	-
246	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	codAcessoPed	-	-	-	-	-	-
247	DPS/infDPS/serv/exp/Rod/	codContrato	-	-	-	-	-	-
248	DPS/infDPS/serv/	infoComplem	-	-	-	-	-	-
249	DPS/infDPS/serv/	idDocTec	-	-	-	-	-	-
250	DPS/infDPS/serv/	docRef	Quando o emitente da DPS for o tomador ou o intermediário do serviço (tpEmit = 2 ou 3, respectivamente) este campo deve ser obrigatoriamente informado.	Obrig.	Rej.	E0420	O documento de referência deve ser obrigatoriamente informado quando o emitente da DPS for o tomador ou intermediário do serviço.	-
251	DPS/infDPS/	xInfComp	-	-	-	-	-	-
252	DPS/infDPS/valores/	valores	-	-	-	-	-	-
253	DPS/infDPS/valores/	vServPrest	-	-	-	-	-	-
254	DPS/infDPS/valores/	vServPrest	O valor recebido deve ser informado na DPS quando o intermediário do serviço for o emitente da DPS (tpEmit = 3).	Obrig.	Rej.	E0430	O valor recebido deve ser informado na DPS quando o intermediário do serviço for o emitente da DPS.	-

253	DPS/infDPS/valores/vServPrest/	vReceb	O valor recebido não deve ser informado na DPS quando o prestador ou tomador do serviço for o emitente da DPS (tpEmit = 1 ou tpEmit = 2).	Obrig.	Rej.	E0432	O valor recebido não deve ser informado na DPS quando o prestador ou tomador do serviço for o emitente da DPS.	-
254			O valor recebido não pode ser menor que o valor do serviço informado na DPS.	Obrig.	Rej.	E0434	O valor recebido não pode ser menor que o valor do serviço informado na DPS.	-
255	DPS/infDPS/valores/vServPrest/	vServ	O valor do serviço deve ser maior ou igual ao somatório dos valores informados para Desconto Incondicionado, Desconto Condicionado, Deduções/Reduções, Benefício Municipal, Valores de tributos devidos (CP, IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN).	Obrig.	Rej.	E0436	O valor do serviço deve ser maior ou igual ao somatório dos valores informados para Desconto Incondicionado, Desconto Condicionado, Deduções/Reduções, Benefício Municipal, Valores de tributos devidos (CP, IRRF, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN).	1) um percentual e informado pelo emitente na DPS. Neste caso o percentual informado é aplicado sobre o valor do serviço já abatido o valor do desconto incondicionado.
256			O ISSQN não pode ser objeto de redução de base de cálculo que resulte em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2,0% do valor do serviço, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a LC 116/03.					2) a soma dos valores de dedução/redução da BC do ISSQN, quando um ou mais documentos são informados pelo emitente na DPS. Neste caso o resultado do somatório é o valor deste campo do laeute NFS-e;
			O valor da base de cálculo do ISSQN da NFS-e é encontrada a partir de valores que constam na DPS através do seguinte cálculo: Valor da Base de Cálculo do ISSQN = Valor do Serviço - Desconto Incondicionado - Deduções/Reduções - Benefício Municipal vBC = vServ - descIncond - (vDR ou vCalcDR) - (vInfoBM ou VCalcBM)	Obrig.	Rej.	E0440	O ISSQN não pode ser objeto de redução de base de cálculo que resulte em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2,0% do valor do serviço, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a LC 116/03."	vInfoBM é: um valor informado pelo emitente para reduzir a BC do ISSQN; VCalcBM é:
257	DPS/infDPS/valores/	vDescCondIncond	-	-	-	-	-	-
258	DPS/infDPS/valores/vDescCondIncond/	vDescIncond	Verificar se o valor do desconto incondicionado informado na DPS deve ser menor que o valor do serviço e maior que zero.	Obrig.	Rej.	E0442	O valor do desconto incondicionado informado na DPS deve ser menor que o valor do serviço e maior que zero.	Quando o valor do campo for igual a zero, o campo não deve ser preenchido.
259	DPS/infDPS/valores/vDescCondIncond/	vDescCond	Verificar se o valor do desconto condicionado informado na DPS deve ser menor que o valor do serviço e maior que zero.	Obrig.	Rej.	E0444	O valor do desconto condicionado informado na DPS deve ser menor que o valor do serviço e maior que zero.	Quando o valor do campo for igual a zero, o campo não deve ser preenchido.
260	DPS/infDPS/valores/	vDedRed	-	-	-	-	-	-
261	DPS/infDPS/valores/vDedRed/	pDR	Se informado, o valor percentual para dedução/redução deve ser maior 0 e menor ou igual a 100%.	Obrig.	Rej.	E0448	O valor percentual para dedução/redução deve ser maior que 0 e menor ou igual a 100%.	-
262	DPS/infDPS/valores/vDedRed/	vDR	Código de serviço informado na DPS não permite dedução/redução na base de cálculo do ISSQN por percentual, valor monetário ou documento informado, conforme parametrização do município de incidência conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0452	Código de serviço informado na DPS não permite dedução/redução na base de cálculo do ISSQN pelo item informado (percentual, valor monetário ou documento informado).	Para o caso de informação de documento para Dedução/Redução existem seis opções possíveis: NFS-e, NF-e, Outras NFS-e, NFS/NFS (Modelo não eletrônico), Outros documentos fiscais e Outros documentos;
263	DPS/infDPS/valores/vDedRed/	documentos	-	-	-	-	-	-
264	DPS/infDPS/valores/vDedRed/	documentos	-	-	-	-	-	-
265	DPS/infDPS/valores/vDedRed/	documentos	-	-	-	-	-	-
266	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	Chave de NFS-e inválida.	Obrig.	Rej.	E0454	Informe uma chave de NFS-e válida.	-
267			1 - Verificar DV da chave de NFS-e informada neste campo desta DPS;	Obrig.	Rej.	E0456	NFS-e não existe na base de dados do autorizador de NFS-e nacional. Informe uma chave de NFS-e existente.	-
268			Chave de NFS-e inexistente.	Obrig.	Rej.	E0458	Uma NFS-e cancelada não pode ser informada para dedução/redução.	-
269	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	NFS-e da chave informada está cancelada.	Obrig.	Rej.	E0460	Informe uma chave de NF-e válida.	-
270			Chave de NF-e inválida.	Obrig.	Rej.	E0462	NF-e não existe na base de dados do autorizador de NF-e nacional. Informe uma chave de NF-e existente.	-
271			1 - Verificar DV da chave de NF-e informada neste campo desta DPS;	Obrig.	Rej.	E0464	Uma NF-e cancelada não pode ser informada para dedução/redução.	-
272	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	Chave de NF-e inexistente.	Obrig.	Rej.	E0466	Informe uma chave de NF-e existente.	-
273	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	NF-e da chave informada está cancelada.	Obrig.	Rej.	E0468	Uma NF-e cancelada não pode ser informada para dedução/redução.	-
274	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
275	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	O código do município informado para o documento de nota não existe, conforme tabela de municípios do IBGE.	Obrig.	Rej.	E0466	Informe um código de município existente para o documento de nota, conforme tabela de municípios do IBGE.	-
276	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
277	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
278	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
279	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
280	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
281	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
282	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
283	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
284	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
285	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
286	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
287	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
288	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
289	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
290	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
291	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
292	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
293	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
294	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
295	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
296	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
297	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
298	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
299	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
300	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
301	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
302	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-
303	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/	chNFSe	-	-	-	-	-	-

304	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/endExt/	cPais	O código de país informado para o endereço no exterior do fornecedor deve existir e ser diferente de Brasil (BR), conforme a tabela ISO2.	Obrig.	Rej.	E0499	O código de país informado para o endereço no exterior do fornecedor não existe ou é igual ao código do Brasil. Informe um código de país existente e diferente do código do Brasil (BR) para o endereço no exterior do fornecedor, conforme tabela de país ISO2.	-
305	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/endExt/	cEndPost	-	-	-	-	-	-
306	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/endExt/	xCidade	-	-	-	-	-	-
307	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/endExt/	xEstProvReg	-	-	-	-	-	-
308	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/	xLgr	-	-	-	-	-	-
309	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/	nro	-	-	-	-	-	-
310	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/	xCpl	-	-	-	-	-	-
311	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/endFornec/	xBairro	-	-	-	-	-	-
312	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/	fone	-	-	-	-	-	-
313	DPS/infDPS/valores/vDedRed/documentos/docDedRed/fornec/	email	-	-	-	-	-	-
314	DPS/infDPS/valores/	trib	-	-	-	-	-	-
315	DPS/infDPS/valores/trib/	tribMun	-	-	-	-	-	-
316	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	tribISSQN	Legenda das opções de tributação do ISSQN da NFS-e: TRIB - Operação tributável; EXP - Exportação; NI - Não Incidência; IMU - Imunidade; Seguem abaixo as combinações permitidas entre os valores informados na DPS para os Regimes Especiais de Tributação x Tributação do ISSQN, em função da opção do prestador no Simples Nacional. OBS: 1 - Um MEI, identificado como tal na data de competência informada na DPS após a verificação na base de dados do Simples Nacional, será tratado sempre como MEI no Sistema Nacional NFS-e, independentemente de quaisquer circunstâncias que o próprio MEI tenha detectado que o descaracterize como MEI. A informação da situação do MEI sempre será aquela que for verificada no Simples Nacional na data de competência informada na DPS. 2 - Uma ME/EPP deixará de apurar o ISSQN pelo Simples Nacional quando atribuir ao campo regAPTribSN os valores 2 ou 3, conforme leiaute DPS. REGRA: As opções de Exigibilidade compatíveis com os possíveis regimes especiais de tributação informados na DPS, quando o município do prestador é o mesmo que o município de incidência do ISSQN, são: 1) Para Não Optante do Simples Nacional. Nenhum: TRIB, EXP, NI, IMU; Cooperativa (Ato Cooperado): TRIB, EXP, NI; Estimativa: TRIB, EXP; Microempresa Municipal: TRIB, EXP, NI, IMU; Notário ou Registrador: TRIB, NI; Profissional Autônomo: TRIB, EXP, NI; Sociedade de Profissionais: TRIB, EXP, NI; 2) Para Optante do Simples Nacional. (MEI ou ME/EPP) Nenhum: TRIB, EXP, NI, IMU; (ME/EPP) Sociedade de Profissionais: TRIB, EXP, NI;	Obrig.	Rej.	E0520	Os campos informados na DPS, Exigibilidade do ISSQN e Regime Especial de Tributação não podem ser informados ao mesmo tempo na DPS pois são incompatíveis conforme as regras para o Sistema Nacional NFS-e.	-
317								
318			Se houver retenção pelo tomador de serviço (tpRetISSQN for igual a 2), então a tributação do ISSQN informada na DPS deve ser Operação tributável (tribISSQN = 1).	Obrig.	Rej.	E0523	Quando houver retenção pelo tomador de serviço (tpRetISSQN for igual a 2), a tributação do ISSQN informada na DPS deve ser Operação tributável (tribISSQN = 1).	-
319			Se houver retenção pelo intermediário de serviço (tpRetISSQN for igual a 3), então a tributação do ISSQN informada na DPS deve ser Operação tributável (tribISSQN = 1).	Obrig.	Rej.	E0526	Quando houver retenção pelo intermediário de serviço (tpRetISSQN for igual a 3), a tributação do ISSQN informada na DPS deve ser Operação tributável (tpISSQN = 1).	-
320			Se houver exportação de serviço (tpEmit = 1 e cPaisPrestacao foi informado), então a tributação do ISSQN obrigatoriamente é Exportação de serviço (tribISSQN = 2).	Obrig.	Rej.	E0529	O campo que informa sobre a tributação do ISSQN deve ser "2 - Exportação de serviço" quando for caso de exportação de serviço.	-
321			Quando o serviço prestado for 99.01.01 - Serviços sem a incidência de ISSQN e ICMS não há incidência do ISSQN (tribISSQN = 3)	Obrig.	Rej.	E0532	O campo que informa sobre a tributação do ISSQN deve ser "3 - Não Incidência", quando houver o serviço prestado for 99.01.01 - Serviços sem a incidência de ISSQN e ICMS.	-
322	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	cPaisResult	Se for informado "Exportação de serviço" no campo tribISSQN (tribISSQN = 2), então o campo "cPaisResult" deve ser informado com o código do país de Brasil onde se verificou o resultado da prestação do serviço, conforme Tabela de Países ISO.	Obrig.	Rej.	E0533	O país diferente de Brasil deve ser informado se o emitente informou Exportação de serviço para a tributação do ISSQN.	-
323	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	BM	Não é permitido o preenchimento dos campos do grupo de informações relativas ao Benefício Municipal quando o prestador do serviço é MEI (opSimpNac = 2).	Obrig.	Rej.	E0534	Não é permitido o preenchimento de informações relativas à benefício municipal para o prestador de serviço MEI.	-
324			Não é permitido o preenchimento dos campos do grupo de informações relativas ao Benefício Municipal quando o prestador do serviço é ME/EPP (opSimpNac = 3) e o regime de apuração dos tributos ME/EPP for pelo SN (regApTribSN = 1).	Obrig.	Rej.	E0536	Não é permitido o preenchimento de informações relativas à benefício municipal para o prestador de serviço ME/EPP que não tenha o regime de apuração de tributos nesta NFS-e fora do Simples Nacional.	-
325			O código de identificação do Benefício Municipal não existente para município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0541	Não existe o código de identificação do benefício municipal informado na DPS para o município de incidência do ISSQN.	-
326			O código de identificação de Benefício Municipal do município de incidência do ISSQN não está vigente na data de competência informada na DPS.	Obrig.	Rej.	E0544	Período de vigência expirado para o código de identificação do Benefício Municipal no município de incidência do ISSQN para a data de competência informada na DPS.	-

327	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/BM/	nBM	O código de indentificação de Benefício Municipal informado na DPS é restrita à prestadores de serviço estabelecidos no município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0548	O Benefício Municipal informado na DPS não permite benefício para prestadores de serviço que não estejam estabelecidos no município de incidência do ISSQN.	-
328			O código de indentificação de Benefício Municipal, informada na DPS, não permite benefício para o código de tributação e/ou prestador (CPF ou CNPJ) informado na DPS, conforme parametrização do município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0550	O código de indentificação de Benefício Municipal, informada na DPS, não permite benefício para o código de tributação e/ou prestador (CPF ou CNPJ) informado na DPS, conforme parametrização do município de incidência do ISSQN.	-
329			Somente é permitido informar vRedBCBM quando o código de identificação do Benefício Municipal (nBM) for preenchido.	Obrig.	Rej.	E0565	Não é permitido informar um valor monetário de redução de base de cálculo do ISSQN por benefício municipal se o código de identificação do Benefício Municipal não for preenchido.	-
330	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/BM/	vRedBCBM	Se informado, o valor monetário do benefício municipal informado na DPS não pode ser superior ao valor do preço serviço.	Obrig.	Rej.	E0574	O valor do benefício municipal informado na DPS não pode ser superior ao valor do serviço.	-
331			O valor monetário do benefício municipal informado na DPS não pode reduzir o valor da BC de forma que resulte no valor do ISSQN a uma alíquota efetiva menor que 2%, exceto para os códigos relativos aos serviços 7.02, 7.05 e 16.01.	Obrig.	Rej.	E0575	O valor do benefício municipal informado na DPS não pode ser igual ao valor do preço do serviço informado na DPS, exceto para os códigos relativos aos serviços 7.02, 7.05 e 16.01.	-
332			Somente é permitido informar pRedBCBM quando o código de identificação do Benefício Municipal (nBM) for preenchido.	Obrig.	Rej.	E0577	Não é permitido informar um valor percentual de redução de BC do ISSQN por benefício municipal se o código de identificação do Benefício Municipal não for preenchido.	-
333	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/BM/	pRedBCBM	Se informado, o valor percentual para redução da base de cálculo deve ser maior que 0 e menor ou igual ao percentual parametrizado pelo município de incidência do ISSQN.	Obrig.	Rej.	E0586	O valor percentual para redução da base de cálculo deve ser maior que 0 e menor ou igual ao percentual parametrizado pelo município de incidência do ISSQN.	-
334			O valor percentual do benefício municipal informado na DPS não pode reduzir o valor da BC de forma que resulte no valor do ISSQN a uma alíquota efetiva menor que 2%, exceto para os códigos relativos aos serviços 7.02, 7.05 e 16.01.	Obrig.	Rej.	E0575	O valor do benefício municipal informado na DPS não pode ser igual ao valor do preço do serviço informado na DPS, exceto para os códigos relativos aos serviços 7.02, 7.05 e 16.01.	-
335	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	exigSusp	-	-	-	-	-	-
336	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/exigSusp/	tpSusp	Somente é permitido informar suspensão de exigibilidade quando a opção da tributação do ISSQN for uma operação tributável, ou seja o campo tpISSQN for igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0585	Somente é permitido informar suspensão de exigibilidade quando a opção da tributação do ISSQN for uma operação tributável.	-
337			Somente é permitido informar suspensão de exigibilidade quando a opção do tipo de benefício municipal for diferente de isenção, ou seja o campo tpBM for igual a 1 ou 2.	Obrig.	Rej.	E0587	Somente é permitido informar suspensão de exigibilidade quando a opção do tipo de benefício municipal for diferente de isenção.	-
338	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/exigSusp/	nProcesso	-	-	-	-	-	-
339			Obrigatório e informado somente quando o campo referente à tributação do ISSQN for igual a 4 (tribISSQN = 4).	Obrig.	Rej.	E0592	O tipo de imunidade é obrigatório quando o campo referente à tributação do ISSQN for igual a "4 - Imunidade".	-
340	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	tpImunidade	Não permitido o valor "0 - Imunidade (tipo não informado na nota de origem)" na DPS quando utilizado os Emissores Públicos Nacionais para emissão de NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0593	Não permitido o valor "0 - Imunidade (tipo não informado na nota de origem)" na DPS quando utilizado os Emissores Públicos Nacionais para emissão de NFS-e.	-
341			Não é permitido informar alíquota superior a 5%.	Obrig.	Rej.	E0595	Não é permitido informar alíquota superior a 5%.	-
342			Não é permitido informar alíquota inferior a 2%.	Obrig.	Rej.	E0597	Não é permitido informar alíquota inferior a 2%, exceto quando o serviço prestado corresponder a um dos serviços referentes aos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista nacional de serviços do sistema nacional NFS-e.	-
343			Exceto quando o serviço prestado corresponder a um dos serviços referentes aos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista nacional de serviços do sistema nacional NFS-e.	Obrig.	Rej.	E0600	Não é permitido informar a alíquota para prestador de serviço optante do simples nacional do tipo MEI.	-
344			Não é permitido informa alíquota quando o prestador é optante do simples nacional do tipo MEI (opSimpNac = 2).	Obrig.	Rej.	E0602	Não é permitido informar alíquota quando o campo referente à tributação do ISSQN indicar imunidade, exportação ou não incidência.	-
345			Não é permitido informar alíquota quando o serviço prestado for imune, exportação de serviço ou não incidência do ISSQN sobre o serviço prestado, ou seja, o campo referente à tributação do ISSQN (tribISSQN) é igual a "2 - Imunidade, "3 - Exportação de Serviço" ou "4 - Não Incidência", (tribISSQN = 2, 3 ou 4).	Obrig.	Rej.	E0607	Não é permitido informar alíquota quando o prestador de serviço possui algum regime especial de tributação.	-
346			Não é permitido informar alíquota quando o prestador de serviço tiver um regime especial de tributação, ou seja, o campo que indica o regime especial de tributação (regEspTrib) é diferente de 0.	Obrig.	Rej.	E0609	Não é permitido informar a alíquota quando a exigibilidade da tributação do ISSQN estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa.	-
347			Não é permitido informar alíquota quando estiver indicado na DPS que a tributação do ISSQN está com sua exigibilidade suspensa, seja administrativamente ou judicialmente, ou seja, o campo que indica a suspensão da exigibilidade está informado na DPS (tpSUSP = 1 ou 2).	Obrig.	Rej.	E0611	Não é permitido informar alíquota do ISSQN quando o município de incidência estiver conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	-
348			Não é permitido informar a alíquota quando o município de incidência for conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência da DPS.	Obrig.	Rej.	E0613	Não é permitido informar alíquota quando não há indicação de retenção do ISSQN (tpRetISSQN = 1) para o prestador de serviço ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência informada na DPS, com apuração do ISSQN pelo simples nacional (regApTribSN = 1).	-
349	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	pAliq	Não é permitido o preenchimento do campo pAliq quando ocorrer as condições abaixo simultaneamente: 1) O prestador de serviço seja optante do Simples Nacional ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência de emissão da DPS, 2) a apuração do ISSQN seja pelo SN (regApTribSN = 1); 3) Não haja retenção do ISSQN (tpRetISSQN = 1); É obrigatório o preenchimento do campo pAliq quando ocorrer as condições abaixo simultaneamente: 1) O prestador de serviço seja optante do Simples Nacional ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência de emissão da DPS, 2) a apuração do ISSQN seja pelo SN (regApTribSN = 1); 3) Haja retenção do ISSQN (tpRetISSQN = 2 ou 3); nesta situação o percentual da alíquota mínima permitida é 1,8%. É obrigatório o preenchimento do campo pAliq quando ocorrer as condições abaixo simultaneamente: 1) O prestador de serviço seja optante do Simples Nacional ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência de emissão da DPS; 2) A apuração do ISSQN não seja pelo SN (regApTribSN = 2 ou 3); 3) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 4) O prestador do serviço não tenha regime especial de tributação (regEspTrib = 0); 5) A exigibilidade da tributação do ISSQN não esteja suspensa por alguma decisão administrativo ou judicial (tpSusp não foi informado na DPS); 6) O município de incidência do ISSQN não está conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência informada na DPS; É obrigatório o preenchimento do campo pAliq quando ocorrer as condições abaixo simultaneamente: 1) O prestador de serviço seja não optante do Simples Nacional (opSimpNac = 0) na data de competência informada na DPS; 2) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 3) O prestador do serviço não tenha regime especial de tributação (regEspTrib = 0); 4) A exigibilidade da tributação do ISSQN não esteja suspensa por alguma decisão administrativo ou judicial (tpSusp não foi informado na DPS); 5) O município de incidência do ISSQN não está conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência informada na DPS;	Obrig.	Rej.	E0615	É obrigatório informar alíquota quando há indicação de retenção do ISSQN (tpRetISSQN = 2 ou 3) para o prestador de serviço ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência informada na DPS, com apuração do ISSQN pelo simples nacional (regApTribISSQN = 1). Neste caso é permitido informar alíquota mínima de 1,8%.	-
350			1) O prestador de serviço seja optante do Simples Nacional ME/EPP (opSimpNac = 3) na data de competência de emissão da DPS; 2) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 3) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 4) O prestador do serviço não tenha regime especial de tributação (regEspTrib = 0); 5) A exigibilidade da tributação do ISSQN não esteja suspensa por alguma decisão administrativo ou judicial (tpSusp não foi informado na DPS); 6) O município de incidência do ISSQN não está conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência informada na DPS; É obrigatório o preenchimento do campo pAliq quando ocorrer as condições abaixo simultaneamente: 1) O prestador de serviço seja não optante do Simples Nacional (opSimpNac = 0) na data de competência informada na DPS; 2) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 3) O prestador do serviço não tenha regime especial de tributação (regEspTrib = 0); 4) A exigibilidade da tributação do ISSQN não esteja suspensa por alguma decisão administrativo ou judicial (tpSusp não foi informado na DPS); 5) O município de incidência do ISSQN não está conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência informada na DPS;	Obrig.	Rej.	E0616	É obrigatório informar a alíquota quando a prestação do serviço pela ME/EPP for uma operação tributável, sem suspensão de sua exibibilidade, e a apuração do ISSQN deva ocorrer fora do Simples Nacional, conforme a legislação do município de incidência, e este município não estiver conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	-
351			1) O prestador de serviço seja não optante do Simples Nacional (opSimpNac = 0) na data de competência informada na DPS; 2) A tributação do ISSQN seja uma operação tributável (tribISSQN = 1); 3) O prestador do serviço não tenha regime especial de tributação (regEspTrib = 0); 4) A exigibilidade da tributação do ISSQN não esteja suspensa por alguma decisão administrativo ou judicial (tpSusp não foi informado na DPS); 5) O município de incidência do ISSQN não está conveniado ao Sistema Nacional NFS-e na data de competência informada na DPS;	Obrig.	Rej.	E0617	É obrigatório informar a alíquota quando a prestação do serviço pelo não optante do simples nacional for uma operação tributável, sem suspensão de sua exibibilidade, conforme a legislação do município de incidência, e este município não estiver conveniado ao Sistema Nacional NFS-e.	-
352			*Exportação - Se emitente da DPS é o prestador de serviço (tpEmit = 1), identificado por CPF ou CNPJ e local da prestação é externo ao território brasileiro (cPaisPrestacao = Brasil). Ocorrendo o caso de exportação de serviço descrito acima, não há ISSQN devido, portanto não existe retenção para o imposto. O campo tpRetISSQN = 1 obrigatoriamente.	Obrig.	Rej.	E0620	No caso de exportação de serviço a informação sobre retenção do ISSQN deve ser "1 - Não retido".	-

353			*Importação - Se o tomador for o emitente da DPS, e o prestador, cuja identificação é obrigatória neste caso, for identificado por NIF e local da prestação no território brasileiro (cMunPrestacao é preenchido).	Obrig.	Rej.	E0622	Em caso de importação de serviço pelo tomador, o ISSQN deve ser retido pelo tomador.	-
354			Ocorrendo o caso de importação descrito acima, o responsável tributário é o tomador ou intermediário do serviço.	Obrig.	Rej.	E0625	Em caso de importação de serviço pelo intermediário, o ISSQN deve ser retido pelo intermediário.	-
355			Se o emitente da DPS for o intermediário de serviço (tpEmit = 3) então o a retenção do imposto devido deve ser realizada obrigatoriamente pelo intermediário (tpRetISSQN = 3).	Obrig.	Rej.	E0628	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço que seja MEI na data de competência informada na DPS.	-
356			Se o prestador do serviço tiver opção perante o Simples Nacional MEI (opSimpNac = 2) na data de competência informada na DPS, então não é permitido ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3), ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0631	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço emitente de DPS que tenha regime especial de tributação Ato Coperado (Cooperativa) na data de competência informada na DPS.	-
357	DPS/infDPS/valores/trib/tribMun/	tpRetISSQN	Quando o regime especial de tributação do prestador de serviço for Ato Coperado (Cooperativa) (regEspTrib = 1) na data de competência informada na DPS, não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0634	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço emitente de DPS que tenha regime especial de tributação Estimativa na data de competência informada na DPS.	-
358			Quando o regime especial de tributação do prestador de serviço for Microempresa Municipal (regEspTrib = 3) na data de competência informada na DPS, não poderá ocorrer retenção do (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0637	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço da DPS que tenha regime especial de tributação Microempresa Municipal na data de competência informada na DPS.	-
359			Quando o regime especial de tributação do prestador de serviço for Notário ou Registrador (regEspTrib = 4) na data de competência informada na DPS, não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0640	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço notário ou registrador na data de competência informada na DPS.	-
360			Quando o regime especial de tributação do prestador de serviço for Profissional Autônomo (regEspTrib = 5) na data de competência informada na DPS, não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0643	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço profissional autônomo na data de competência informada na DPS.	-
361			Quando o regime especial de tributação do prestador de serviço for Sociedade de Profissionais (regEspTrib = 6) na data de competência informada na DPS, não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0646	Não é permitido retenção do ISSQN para o prestador do serviço que tenha regime especial de tributação Sociedade de Profissionais na data de competência informada na DPS.	-
362			Quando o campo referente ao tipo de benefício municipal for "Isenção" (tpBM = 3), não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1.	Obrig.	Rej.	E0652	Não é permitido retenção do ISSQN quando houver Benefício Municipal do tipo Isenção.	-
363			Quando o campo referente à tributação do ISSQN for "Exportação de serviço" (tribISSQN = 2), "Não incidência" (tribISSQN = 3) ou "Imunidade" (tribISSQN = 4), não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1 para qualquer um dos três casos.	Obrig.	Rej.	E0658	Não é permitido retenção do ISSQN para exportação do serviço, Não incidência ou Imunidade.	-
364			Quando o campo referente ao tipo de suspensão da exigibilidade do ISSQN for "Exigibilidade Suspensa por Decisão Judicial" (tpSusp = 1) ou "Exigibilidade Suspensa por Decisão Administrativa" (tpSusp = 2), não poderá ocorrer retenção do ISSQN (tpRetISSQN igual a 2 ou 3) ou seja, tpRetISSQN tem que ser igual a 1 para qualquer um dos dois casos.	Obrig.	Rej.	E0661	Não é permitido retenção do ISSQN quando existe suspensão da exigibilidade por Decisão Judicial ou Administrativa.	-
365			Verificar se o CPF informado para retenção do ISSQN como tomador na DPS (tpRetISSQN igual a 2) está previamente cadastrado na parametrização do município de incidência do imposto.	Obrig.	Rej.	E0667	Município da incidência do ISSQN não autoriza que o CPF do tomador informado na DPS seja indicado para retenção deste imposto.	-
366			Verificar se o CPF informado para retenção do ISSQN como intermediário na DPS (tpRetISSQN igual a 3) está previamente cadastrado na parametrização do município de incidência do imposto.	Obrig.	Rej.	E0670	Município da incidência do ISSQN não autoriza que o CPF do intermediário informado na DPS seja indicado para retenção deste imposto.	-
367			Se o tomador emitente da DPS (tpEmit = 2) for estabelecido em município diferente do município de incidência do ISSQN, então não pode haver retenção (tpRetISSQN deve ser igual a 1).	Obrig.	Rej.	E0672	Não pode haver retenção do ISSQN se e o tomador for o emitente da DPS e estiver estabelecido em município diferente do município de incidência do ISSQN.	-
368			Se o intermediário emitente da DPS (tpEmit = 3) for estabelecido em município diferente do município de incidência do ISSQN, então não pode haver retenção (tpRetISSQN deve ser igual a 1).	Obrig.	Rej.	E0673	Não pode haver retenção do ISSQN se e o intermediário for o emitente da DPS e estiver estabelecido em município diferente do município de incidência do ISSQN.	-
369	DPS/infDPS/valores/trib/	tribFed	Não é permitido o preenchimento das informações relativas aos tributos federais quando o emitente da DPS for identificado por uma pessoa física (CPF).	Obrig.	Rej.	E0675	Não é permitido a prestação de informações relativas aos tributos federais quando o emitente da DPS for identificado por uma pessoa física (CPF).	-
370	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/	pisconfins	-	-	-	-	-	-
371	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	CST	-	-	-	-	-	-
372			Se CST for diferente de "0 - Nenhum", "8 - Operação sem Incidência da Contribuição", "9 - Operação com Suspensão da Contribuição", o valor BC do Pis/Cofins deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0678	O valor BC do Pis/Cofins deve ser informado quando o CST for diferente de 0, 8 ou 9.	-
373	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	vBCPisCofins	Se CST for diferente de "0 - Nenhum", "8 - Operação sem Incidência da Contribuição", "9 - Operação com Suspensão da Contribuição", o valor BC do Pis/Cofins deve ser maior que zero e menor que o valor do serviço informado na DPS.	Obrig.	Rej.	E0680	O valor BC do Pis/Cofins informado deve ser maior que zero e menor que o valor do serviço informado na DPS.	-
374			Se CST for igual a "0 - Nenhum", "8 - Operação sem Incidência da Contribuição", "9 - Operação com Suspensão da Contribuição", o valor BC do Pis/Cofins não pode ser informado.	Obrig.	Rej.	E0682	O valor BC do Pis/Cofins não pode ser informado quando o valor de CST for igual a 0, 8 ou 9.	-
375			Se o valor da base de cálculo do Pis/Cofins (vBCPisCofins) for informado, então a alíquota do Pis deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0684	A alíquota do Pis deve ser informada quando a base de cálculo deste imposto for informada.	-
376	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	pAliqPis	Se a alíquota do Pis (pAliqPis) for informada, então deve ser igual ou maior que 0 e menor ou igual a 100%.	Obrig.	Rej.	E0686	A alíquota do Pis deve ser igual ou maior que 0 e menor ou igual a 100%.	-
377			Se CST for "4 - Operação Tributável Monotásica - Revenda a Alíquota Zero" ou "6 - Operação Tributável a Alíquota Zero", o valor das alíquotas para Pis e Cofins devem ser preenchidas com zero (0,00%).	Obrig.	Rej.	E0688	Para os CST for "4 - Operação Tributável Monotásica - Revenda a Alíquota Zero" ou "6 - Operação Tributável a Alíquota Zero", o valor das alíquotas para Pis e Cofins devem ser preenchidas com zero (0,00%).	-
378			Se o valor da base de cálculo do Pis/Cofins (vBCPisCofins) for informado, então a alíquota do Cofins deve ser informada.	Obrig.	Rej.	E0690	A alíquota do Cofins deve ser informada quando a base de cálculo deste imposto for informada.	-
379	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	pAliqCofins	Se a alíquota do Cofins (pAliqCofins) for informada, então deve ser igual ou maior que 0 e menor ou igual a 100%.	Obrig.	Rej.	E0692	A alíquota do Cofins deve ser igual ou maior que 0 e menor ou igual a 100%.	-
380			Se o valor da alíquota do Pis (pAliqPis) for informado, então o valor do Pis informado na DPS deve ser igual ao valor da base de cálculo do Pis/Cofins x alíquota do Pis, que foram informados na DPS.	Obrig.	Rej.	E0694	O valor do Pis informado não corresponde ao resultado da BC Pis/Cofins x Alíquota Pis, que foram informados na DPS.	-
382	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	vCofins	Se o valor da alíquota do Cofins (pAliqCofins) for informado, então o valor Cofins informado na DPS deve ser igual ao valor da base de cálculo do Pis/Cofins x alíquota do Cofins, que foram informados na DPS.	Obrig.	Rej.	E0696	O valor do Cofins informado não corresponde ao resultado da BC Pis/Cofins x Alíquota Cofins, que foram informados na DPS.	-
383	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/pisconfins/	tpRetPisCofins	Se CST for diferente de "0 - Nenhum", "8 - Operação sem Incidência da Contribuição", "9 - Operação com Suspensão da Contribuição", o tipo de retenção para Pis/Cofins deve ser informado.	Obrig.	Rej.	E0698	Se CST informado for diferente de 0, 8 ou 9, o tipo de retenção para Pis/Cofins deve ser informado.	-
384	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/	vRetCPF	-	-	-	-	-	-
385	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/	vRetIRRF	-	-	-	-	-	-
386	DPS/infDPS/valores/trib/tribFed/	vRetCSLL	-	-	-	-	-	-
387	DPS/infDPS/valores/trib/	totTrib	-	-	-	-	-	-
388	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib	vTotTrib	Para qualquer uma das 3 situações perante o Simples Nacional o emitente da DPS poderá informar os valores de tributos deste grupo de informações.	-	-	-	-	-

389	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/vTotTrib	vTotTribFed	-	-	-	-	-
390	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/vTotTrib	vTotTribEst	-	-	-	-	-
391	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/vTotTrib	vTotTribMun	-	-	-	-	-
392	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib	pTotTrib	Para qualquer uma das 3 situações perante o Simples Nacional o emitente da DPS poderá informar os percutuais de tributos deste grupo de informações.				-
393	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/pTotTrib	pTotTribFed	-	-	-	-	-
394	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/pTotTrib	pTotTribEst	-	-	-	-	-
395	DPS/infDPS/valores/trib/totalTrib/pTotTrib	pTotTribMun	-	-	-	-	-
396	DPS/infDPS/valores/trib/totTrib/	indTotTrib	Se a situação do emitente da DPS perante o Simples Nacional na data de competência informada for MEI, somente um dos 3 grupos abaixo poderá ser informado. vTotTrib ou pTotTrib ou indTotTrib.	Obrig.	Rej.	E0710	Para MEI somente um dos 3 poderá ser informado: grupo vTotTrib ou pTotTrib ou indTotTrib;
397	DPS/infDPS/valores/trib/totTrib/	pTotTribSN	Se a situação do emitente da DPS perante o Simples Nacional na data de competência informada for ME/EPP, somente um dos 3 grupos abaixo poderá ser informado: vTotTrib ou pTotTrib ou pTotTribSN.	Obrig.	Rej.	E0712	Para ME/EPP somente um dos 3 poderá ser informado: grupo vTotTrib ou pTotTrib ou pTotTribSN;
398	DPS/	Signature	A assinatura da DPS deve ser válida.	Obrig.	Rej.	E0714	Arquivo enviado com erro na assinatura.
399			Certificado Digital da assinatura inválido:				
			- Validade do Certificado (data início e data fim); - Verifica a Cadeia de Certificação; - Certificado do Transmissor revogado; - LCR indisponível ou inválida.	Obrig.	Rej.	E0715	Certificado Digital da assinatura inválido.
400			Certificado Digital da assinatura fora do padrão estabelecido pelo projeto NFS-e: - Versão diferente de 3; - Se informado, Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC); - KeyUsage não define 'Assinatura Digital' e 'Não Recusa'; - Falta a extensão de CNPJ (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3) ou CPF (OtherName - OID=2.16.76.1.3.1); - Certificado Raiz difere da 'ICP-Brasil'.	Obrig.	Rej.	E0716	Certificado Digital fora do padrão estabelecido.
401			É obrigatória a existência da assinatura da DPS quando for enviado para Web Service.	Obrig.	Rej.	E0717	A assinatura é obrigatória quando for enviado para o Web Service.
402			A assinatura deve ser feita com o certificado digital do emitente da DPS.	Obrig.	Rej.	E0718	A assinatura deve ser feita com o certificado digital do emitente da DPS.